

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1008113-18.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça
Requerente:	Rio de Janeiro Refrescos Ltda.
Requerido:	St. Patrick's Irish Pub e Restaurante Ltda - Epp

RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA. ajuizou ação contra **ST. PATRICK'S IRISH PUB E RESTAURANTE LTDA - EPP**, pedindo a reintegração na posse de equipamentos dados em comodato a esta, por não mais lhe convir tal relação, bem como sua condenação ao pagamento de indenização por perdas e danos, correspondente ao valor de um aluguel, desde a data em que, constituída em mora por intermédio de notificação, deixou de devolver tais equipamentos.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a medida de reintegração na posse.

Citada, a ré não contestou os pedidos.

A autora requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 344). Ademais, os documentos juntados confirmam a relação jurídica de direito material e a intenção da autora, de recuperar a posse dos objetos dados em comodato, recusando-se a ré à devolução, tanto que necessária se fez a ação judicial. Bem por isso, transmudando a posse de legítima para ilegítima, desde a constituição em mora, é justo impor o pagamento de uma renda, cumprindo-se a propósito o que as partes pactuaram.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** e decreto a reintegração da autora na posse dos equipamentos, por efeito da resolução contratual, confirmando a decisão de adiantamento da tutela, ao mesmo tempo em que condeno a ré ao pagamento de uma renda

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

pela retenção indevida, do valor diário de R\$ 20,00, com correção monetária, desde a mora até a data da efetiva devolução dos objetos, incidindo juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da autora fixados em 15% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de maio de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA